

Aprovada a produção de agrotóxicos genéricos

Projeto passou ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **7**

J. Freixas/Senado Federal



Ministra quer ampliar espaço do pescado nas exportações **7**

Ministra Ideli Salvatti fala na CRA, ao lado dos senadores Waldemir Moka e Acir Gurgacz (D), que presidiu a comissão

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.444 – Brasília, sexta-feira, 13 de maio de 2011



Plenário garante a idosos cota nos programas habitacionais

Waldemir Borreto/Senado Federal



Jayme Campos, José Sarney, Valdir Raupp, Blairo Maggi e Benedito de Lira: negociações para primeira semana temática

Proposta aprovada pelo Plenário reserva a eles pelo menos 3% das casas em iniciativas feitas com dinheiro público. Outro projeto recomenda preferência a casas térreas

Na semana temática dedicada aos projetos voltados para a área social, o Plenário do Senado aprovou ontem sete projetos de lei, entre eles, dois que protegem os idosos em todos os programas habitacionais públicos, ou subsidiados com recursos públicos.

A primeira proposta reserva cota mínima de 3% das vagas desses programas aos idosos. A segunda determina que, nas construções dos conjuntos habitacionais, deve ser dada preferência às casas térreas, para facilitar a acessibilidade dos cidadãos com mais de 60 anos. **3**

Senado aprova educação superior para índios **3**

Valor maior por energia de Itaipu opõe senadores **8**

Diploma de graduação poderá valer em todo o Mercosul

Comissão de Relações Exteriores aprova acordo que facilita reconhecimento de graduação. **6**



Márcia Kolumbe/Senado Federal

Combate à pedofilia na internet ganha novo recurso **4**

CDH adia decisão sobre criminalização da homofobia

A Comissão de Direitos Humanos decidiu ampliar o debate em torno do projeto que criminaliza a homofobia e, por isso, adiou ontem a votação da proposta, a pedido da relatora, Marta Suplicy. Depois da reunião, a senadora Marinor Brito e o deputado Jair Bolsonaro, oponentes em relação ao tema, se envolveram em um tumulto. **5**

Após o adiamento da votação do projeto na Comissão de Direitos Humanos, senadora Marinor Brito e deputado Jair Bolsonaro trocam acusações



Márcia Kolumbe/Senado Federal

ACORDO DE LÍDERES TRANSFERE VOTAÇÃO DE TRÊS PROJETOS

O presidente José Sarney confirmou que, por acordo de líderes, três projetos previstos para entrar em votação na sessão de ontem serão analisados na próxima quarta-feira. O primeiro é o PLS 467/08, da ex-senadora e atual

ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, que inclui no regime tributário conhecido como Simples Nacional diversas atividades de prestação de serviços como medicina, advocacia e engenharia.

DESDE ONTEM, MAIS DUAS MPS TRANCAM A PAUTA DE VOTAÇÕES

Duas medidas provisórias passaram a trancar a pauta do Senado desde ontem. As MPs 515/10 e 518/10 valem até o dia 1º de junho, mas, segundo o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), haverá acordo para

aprovação já na próxima semana. A MP 515/10 concede crédito extraordinário de R\$ 26,6 bilhões a vários órgãos do Executivo e a estatais. A MP 518/10 prevê a criação de um cadastro positivo para pessoas físicas e empresas.

Sarney pedirá à Câmara que também priorize PEC das MPs

Presidente do Senado vai conversar com o deputado Marco Maia para que mudança no rito de tramitação das medidas provisórias seja analisada de forma rápida naquela Casa

UMA VEZ APROVADA no Senado, a proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que muda a tramitação de medidas provisórias (MPs) também pode ter prioridade na Câmara. O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que pretende fazer o pedido ao presidente daquela Casa, deputado Marco Maia. Por acordo, a PEC foi lida ainda na sessão de quarta-feira e um requerimento dispensou o intervalo de tempo obrigatório para votação desse tipo de matéria (discussão em cinco sessões deliberativas para votação em primeiro turno, e por mais três sessões para votação em segun-

do turno). Assim, a proposta poderá constar da pauta de votação da Casa já na terça-feira da semana que vem. – Vamos tentar ver se conversamos com o presidente Marco Maia e com as lideranças dos partidos – disse o parlamentar. Dentre as mudanças promovidas pela PEC 11/11, está a definição do prazo de tramitação das MPs em cada Casa. Atualmente, uma MP tem 120 dias para tramitar no Congresso Nacional, sendo que a maior parte deste tempo é gasto pelos deputados. De acordo com o novo projeto, a Câmara passará a ter 50 dias para analisar cada medida, e o

Senado, 45. Caso a MP não seja aprovada dentro desses prazos, ela perderá a validade, sendo arquivada automaticamente. Se os senadores emendarem a medida provisória, ela retornará à Câmara por mais 15 dias para análise das emendas. Sarney acredita que a mudança não encontrará resistência na Câmara. – O que o Senado está reivindicando é muito justo. É que as MPs não cheguem aqui na véspera para serem votadas no último minuto, em que a gente tenha apenas a opção de recusar ou mesmo votar sem grande estudo – assinalou o senador.

Luiz Henrique vê afirmação do Congresso



Waldemir Barreto/Senado Federal

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) declarou ontem que o Poder Legislativo vive um momento de reafirmação, com a aprovação do texto que dá novo disciplinamento para o rito das MPs. Segundo ele, a votação na CCJ marca o restabelecimento das prerrogativas do Congresso Nacional. – Quero destacar o entendimento republicano entre oposição e governo que permitiu o avanço da matéria – afirmou. Para Luiz Henrique, o novo texto permite o restabelecimento do poder legislativo do Congresso Nacional, a autonomia do Senado e o equilíbrio entre os Poderes.

Luiz Henrique explica a origem das MPs no texto constitucional

– O Congresso não pode ser uma mera Casa revisora das MPs – assinalou. Luiz Henrique lembrou que a Assembleia Constituinte tinha a intenção de implantar o parlamentarismo. Assim, o rito das MPs foi pensado para um ambiente parlamentarista, em que o presidente poderia adotar a medida provisória por solicitação do primeiro-ministro.

Vanessa Grazziotin saúda Marcha de Prefeitos a Brasília



Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) registrou a marcha dos prefeitos e destacou, entre as medidas anunciadas pelo governo,

a autorização dos repasses da União aos municípios para a construção de creches. A medida faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 e, segundo a senadora, é essencial para a valorização da mulher, pois somente assim muitas delas conseguirão entrar no mercado de trabalho. – A presidente Dilma anunciou questões importantes, talvez não absolutamente tudo aquilo que os prefeitos queriam ouvir, alguns avanços que interessam e vão contribuir muito com os municípios – disse a senadora.

Davim defende redivisão das verbas para saúde



Paulo Davim (PV-RN) defendeu a aprovação de uma reforma tributária que permita a divisão equânime de recursos entre União, estados e municípios. A manifestação foi motivada por conversas com prefeitos do Rio Grande do Norte, durante a 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Ele disse ter participado de reunião da Frente Parlamentar da Saúde no Ministério do Planejamento para negociar a aprovação, pela Câmara, da regulamentação da Emenda 29 – sobre percentuais de aplicação de recursos na Saúde pelos entes federativos.

Wellington elogia promessas de Dilma a prefeitos



Wellington Dias (PT-PI) destacou a realização da 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e as medidas anunciadas

pela presidente Dilma Rousseff em encontro com prefeitos, como a desburocratização dos convênios entre União e prefeituras e a liberação de recursos pendentes relativos aos anos de 2007 a 2009. O senador destacou que as medidas ajudarão as prefeituras do Piauí. Ele reiterou, porém, a cobrança de entendimento entre as lideranças políticas para que a Câmara vote até junho a Emenda 29, que garante mais recursos à saúde e é uma das principais reivindicações dos prefeitos.

Suplicy: governo negocia o fim da guerra fiscal



Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que o governo prepara uma proposta de reforma tributária que prevê a harmonização das alíquotas do ICMS. Atualmente, observou, existem duas alíquotas interestaduais de ICMS, de 12% e 7%.

– O sistema atual beneficia o estado de origem da mercadoria, e é essa a situação que motiva a chamada guerra fiscal entre os estados, pois todos querem ficar com a maior parcela do ICMS, o principal tributo estadual. Suplicy disse que o governo está discutindo com secretários estaduais da Fazenda um período de transição e a alíquota única que será adotada.

Maldaner defende pacto federativo e reforma tributária



Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a realização de uma reforma tributária com base nos princípios “reduzir, simplificar e distribuir”, de modo a respeitar o pacto federativo previsto na Constituição.

– Que o governo seja mais normatizador que arrecadador, que a distribuição seja atribuição de estados e municípios. A administração centralizada em Brasília é inviável. É no município que o trabalhador mora e trabalha. Maldaner apoiou as teses da 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, como a liberação dos restos a pagar e a distribuição dos royalties do petróleo a todos os estados e municípios.

TV Senado revela lado poético de Lauro Campos

Defensor radical do socialismo, crítico feroz das injustiças sociais, do pagamento dos juros da dívida pública e do sistema capitalista – a quem acusava de promover guerras

para manter o funcionamento da economia dos países ricos –, o professor Lauro Campos, senador de 1995 a 2002 pelo Distrito Federal, dedicou parte de seu tempo a escrever poesia e a soltar pipas. Isso é o que revela o programa *Grandes Personalidades*, que a TV Senado vai apresentar neste final de semana (sábado, 14 de maio, às 21h, e domingo, às 12h30).

Dirigido pelo jornalista Edson Luiz de Almeida, o

documentário de 14 minutos, fruto de entrevistas e de pesquisas dos arquivos da TV Senado sobre a atuação do senador petista, que depois se transferiu para o PDT, destaca depoimentos do presidente do Senado, José Sarney, do ex-presidente Lula, dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Pedro Simon (PMDB-RS) e Eduardo Suplicy (PT-SP) e de dona Oráida, Carlos e Isabela Campos (esposa e filhos do ex-senador, morto em 2003).



Célio Azevedo/Senado Federal

Lauro Campos foi senador pelo Distrito Federal (1995-2002) e professor da UnB

Alô Senado 0800 61-2211

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h A sessão é não deliberativa. Sem votações, essa sessão é destinada a debates dos parlamentares e comunicados da Mesa e das lideranças.

Presidência 200 anos da independência do Paraguai

18h O senador José Sarney viaja hoje para representar a presidente da República, Dilma Rousseff, nas solenidades comemorativas pelo bicentenário da independência do Paraguai.

CRA Debate sobre agricultura familiar

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza o sexto seminário do ciclo de palestras, que hoje avalia o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf). Foram convidados, entre outros, o secretário nacional de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Müller; e o diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, José Carlos Vaz.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

www.senado.gov.br/jornal

Humberto pede regulamentação da Emenda 29

O senador Humberto Costa (PT-PE) pediu à Câmara dos Deputados que aprove, o quanto antes, a regulamentação da Emenda Constitucional 29, que estabeleceu percentuais mínimos de gastos com saúde para União, estados e municípios.

O líder do Bloco de Apoio ao Governo afirmou em discurso que a definição das ações e serviços de saúde irá "suprir uma enorme lacuna" e será "um grande avanço para o Brasil". Ele calcula que a definição irá representar aproximadamente R\$ 5 bilhões por ano para o Sistema Único de Saúde (SUS).

– Se não resolve definitivamente os problemas do setor, dá uma ajuda significativa – frisou Humberto Costa, que já foi ministro da Saúde.



Humberto: regulamentação vai dar uma ajuda significativa à saúde



Geovani: sistema vai ter impacto direto na qualidade do atendimento

Geovani destaca criação do cartão único do SUS

Geovani Borges (PMDB-AP) elogiou o lançamento, pelo governo federal, do cartão único de identificação dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), válido em todo o país. O sistema será formado pelo Cartão Nacional de Saúde, pelo Cadastro Nacional de Usuários do SUS e pelo Portal de Saúde do Cidadão. A norma foi publicada no *Diário Oficial da União*.

– A medida permitirá ao próprio usuário, a gestores e profissionais da saúde acessar com facilidade o histórico de atendimento dos usuários do SUS. Hoje, impera o descontrolado – afirmou o senador.

Ele ressaltou ainda que a medida é humanitária por não excluir do atendimento as pessoas que não possuem o cartão.

Raupp elogia desempenho de Dilma nos primeiros meses

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) avaliou positivamente o início do mandato da presidente Dilma Rousseff. Para ele, a presidente contrariou expectativas negativas, imprimindo um estilo próprio, "sem declarações bombásticas, sem se desgastar com a oposição e sem qualquer tentativa de intimidação da base do governo".

Para Raupp, Dilma faz valer suas prerrogativas "com firmeza, mas sem arrogância".

– Aqueles que conhecem bem a presidente Dilma não se surpreenderam com sua alta aprovação neste começo de governo. Ao escolhê-la para sucedê-lo, o [então]

presidente Lula já sabia da extraordinária capacidade de trabalho e da inquestionável competência dela. Além de comprovar-se uma competente administradora, tem-se revelado uma grande estadista, admirada até por setores da oposição – afirmou o líder do PMDB.

Citando pesquisa do CNI/Ibope, o senador ressalta que os 56% de aprovação da presidente vêm de todas as faixas de renda e escolaridade. Reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre os primeiros 100 dias de mandato, citada pelo senador, destaca o "profissionalismo" da presidente na "construção de sua imagem".

Mozarildo celebra os 66 anos de criação do PTB

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) comemorou os 66 anos de fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que serão celebrados neste domingo, na capital baiana. O senador lembrou que a legenda foi fundada por Getúlio Vargas.

– O PTB sempre se caracterizou pela luta em favor dos direitos dos trabalhadores, entre eles a Consolidação das Leis do Trabalho, fruto do pensamento trabalhista emergente à época e que, ainda hoje, se mantém atual, embora possa até se discutir que precise de algumas atualizações mínimas – declarou.



Mozarildo: trabalhismo sempre foi a bandeira principal do partido

Mozarildo afirmou que a principal bandeira do partido sempre foi a defesa dos trabalhadores na relação com os empregadores. O PTB, acrescentou o senador, busca ser o instrumento regulador do capital a favor do trabalhador, mas mantendo "a harmonia que possa gerar empregos".

Plenário acata proposta que reserva pelo menos 3% das casas em programas públicos ou subsidiados pelo governo. Já aprovado na Câmara, texto vai à sanção presidencial

Aprovada cota para idosos nos planos habitacionais

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto de lei que reserva aos idosos pelo menos 3% das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiado com recursos públicos (PLC 150/08). A matéria será encaminhada à sanção presidencial.

A proposta original estabelecia 5% das moradias para os idosos, mas foi modificada na própria Câmara para 3%, que se transformou em patamar mínimo. Pelo Estatuto do Idoso, o percentual fixado é de 3%, mas a introdução da expressão "pelo menos" abre a possibilidade de elevar-se essa quantidade, conforme o autor do projeto,

deputado Vanderlei Macris (PSDB-SP).

A matéria provocou polêmica e recebeu dois pareceres diferentes em comissões do Senado, um a favor e outro contrário. O primeiro, do senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

No entanto, o Plenário aprovou requerimento solicitando que a matéria fosse debatida na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde o relator (o ex-senador Efraim Morais) pediu a rejeição. Segundo ele, ao estabelecer uma reserva habitacional de 3%, o projeto não traria um teto, mas um piso

– percentual mínimo.

O Censo do IBGE de 2000 mostrou que 62,4% dos idosos eram responsáveis pelos domicílios. Esses dados, segundo Paim, confirmariam a necessidade de programas governamentais capazes de garantir uma velhice mais digna para esses brasileiros.

Paulo Paim observou ainda que os idosos têm maior dificuldade de obter financiamento bancário para a compra de casas, especialmente pela objeção das seguradoras. Por esse motivo, argumentou, o projeto seria um dos poucos instrumentos legais capazes de proporcionar aos brasileiros acima de 60 anos a chance de adquirir moradia.



Casas do programa Minha Casa, Minha Vida em Jequié, Bahia: proposta criou polêmica durante tramitação nas comissões

Casas devem ser preferencialmente térreas

Outro projeto em benefício dos idosos também foi aprovado ontem pelo Plenário, após acordo de lideranças partidárias. O PLC 156/08 estabelece que os programas habitacionais destinados aos idosos devem dar preferência à construção de unidades residenciais de pavimento térreo. O texto vai à sanção presidencial.

O Estatuto do Idoso, em seu

artigo 38, estabelece que nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso tem prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observados os seguintes critérios: reserva de 3% das unidades residenciais para atendimento aos idosos; implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso; eliminação de barreiras

arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso; e critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

O PLC 156/08 acrescentou parágrafo estabelecendo que as unidades residenciais reservadas para atendimento a idosos devem situar-se, preferencialmente, no pavimento térreo.

Instituída a educação superior para indígenas

Em votação simbólica, os senadores aprovaram ontem o PLC 46/07, que prevê assistência aos povos indígenas no acesso ao ensino superior. Do ex-deputado Carlos Abicalil, o projeto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) e agora vai à sanção.

Deverão ser oferecidos aos povos indígenas ensino e assistência estudantil nas universidades públicas e privadas, bem como estímulo à pesquisa e ao desenvolvimento de programas especiais.

A oferta de educação superior aos povos indígenas "é uma iniciativa que reconhece, por justiça, a relevância desses povos na origem e na construção do Brasil", diz o autor.

A medida, que visa "institucionalizar o ensino superior indígena e o reconhecimento de formação de magistério específico", também valoriza o estudo dos temas indígenas nacionais e fomenta a educação escolar multicultural.

Obesos terão assentos especiais assegurados

Casas de diversão pública, auditórios, salas de aula e até salas de espera serão obrigadas a oferecer assentos especiais para pessoas obesas. É o que prevê o PLC 184/08, aprovado ontem no Plenário. A medida determina ainda que sejam disponibilizadas áreas para a permanência de pessoas com deficiência e feitas adequações para facilitar a locomoção.

Como foi aprovada na forma de substitutivo, a proposta ainda deve passar por turno suplementar no Senado. Pelo texto, as casas de shows e similares devem instalar poltronas e cadeiras para obesos, com dimensões e resistência seguindo padrões a ser regulamentados por decreto.

Também são obrigatórias áreas específicas para cadeiras de rodas e instalação, quando necessário, de "tablados nivelados" para proporcionar boas condições de segurança e visibilidade.

Projeto apresentado pela CPI da Pedofilia foi um dos sete aprovados ontem em Plenário, na primeira das chamadas semanas temáticas de votação. Os direitos sociais foram o eixo central das propostas examinadas

Senado aprova policiais infiltrados na internet para caçar pedófilos

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem um reforço ao combate à pedofilia no país: o PLS 100/10, que permite a infiltração de agentes policiais na internet para investigar crimes desse tipo. A matéria agora segue para análise da Câmara dos Deputados. O projeto foi um dos sete votados e aprovados na pauta temática de direitos sociais proposta para a sessão de ontem.

O PLS 100/10, proposto pela CPI da Pedofilia, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para prevenir e reprimir o chamado *internet grooming*, expressão inglesa que define o processo pelo qual o pedófilo, protegido pelo anonimato, seleciona e aborda pela rede as potenciais vítimas, crianças ou adolescentes e vai preparando-as para aceitarem abusos. A palavra *grooming* pode ser traduzida por preparar, treinar, adestrar.

Segundo o relator, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), o projeto permite que o agente surpreenda o verdadeiro criminoso, evitando ou interrompendo a prática. A legislação ainda não trata de investigação de pedofilia por meio de infiltração de policiais na internet e, por isso, observou Demóstenes, os juizes ainda estariam tendo cautela ao autorizar ações dessa natureza.

A infiltração, diz o texto, será sempre precedida de autorização judicial devidamente circunstanciada e fundamentada, que estabelecerá os limites da infiltração para a obtenção de prova. Esta será feita a pedido da polícia ou do

Ministério Público, para investigações por até 720 dias, conforme modificação aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No texto original, o prazo inicial seria de até 90 dias, com possibilidade de renovação, se necessário, mas apenas por até 360 dias.

Limitações

Para prevenir a "vulgarização" do método, explicou Demóstenes, o pedido do delegado ou do Ministério Público deve justificar a necessidade da medida, além de trazer informações sobre quem será investigado (nome ou apelido usado na

rede). Além disso, a infiltração somente será autorizada se não for possível obter a prova por outros meios. Os agentes podem ser também responsabilizados por eventuais excessos.

Para Demóstenes, que também foi relator da CPI da Pedofilia, a infiltração é um poderoso instrumento de intimidação, que serve tanto à repressão quanto à prevenção. Em seu relatório na CCJ, o parlamentar afirmou que, tornada lei, "a proposta criará um ambiente de dúvida e insegurança para os pedófilos, que poderão ser surpreendidos por todo um aparato garantido pelo Estado e presente no outro lado da conexão".



Demóstenes: projeto tem mecanismos para impedir a "vulgarização" do método de investigação

Agressor afastado de casa terá de pagar pensão alimentícia

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 43/05, que obriga a pessoa afastada do convívio de criança ou adolescente por motivo de opressão, maus tratos ou abuso sexual, a fornecer os "alimentos" necessários à sobrevivência dos menores. Alimentos, no linguajar jurídico, referem-se aos recursos necessários para o atendimento de necessidades básicas, como alimentação, saúde, moradia e vestuário. O projeto segue agora para sanção presidencial.

A intenção do projeto é evitar que as vítimas sejam duplamente punidas: primeiro pelo ato de violência que sofreram e depois pela falta de condições de sobrevivência sem ajuda do agressor de quem eram dependentes.

Apresentado pelo ex-deputado Paulo Rocha, o projeto identificou uma lacuna na legislação que, para o autor, propicia uma espécie de "prêmio" ao agressor e de "castigo" a seus dependentes.

Pai social pode ter direitos trabalhistas e previdenciários

A figura do pai social, que se dedica a cuidar, no sistema de casas-lares, de crianças e adolescentes em situação de risco, é regulamentada em proposta aprovada ontem pela CDH.

O PLC 98/09, do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA), obteve parecer favorável e emendas do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), e deverá receber decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O pai social é equiparado à mãe social, cuja atividade é regulamentada pela Lei 7.644/87. Para propiciar ao menor ou adolescente em situação de risco as condições familiares ideais a seu desenvolvimento e reintegração social, as instituições de assistência poderão contratar pai ou mãe social.

Comissão examina denúncias de tortura e morte de presos no ES

Denúncias de condições graves em presídios no Espírito Santo, como tortura e esquiteamento de presos e ausência de assistência médica e jurídica, devem ser analisadas em audiência pública na CDH.

A proposta, aprovada ontem, é do senador Magno Malta (PR-ES), que pretende convidar representantes do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), da Secretaria de Justiça do Espírito Santo, do Departamento Penitenciário Nacional e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Magno Malta baseou seu requerimento em relatório sobre inspeção realizada no primeiro semestre de 2009 pelo CNPCP.

Aprovada proibição à entrada no país de indiciados por pedofilia

Foi aprovado ontem pelo Plenário do Senado projeto de lei que veda visto de entrada e permanência no país a estrangeiro indiciado por crime contra liberdade sexual em outro país. O PLS 235/09, da CPI da Pedofilia, encerrada em dezembro de 2010, segue para a Câmara dos Deputados.

O então relator e senador Romeu Tuma, morto no ano passado, considerou que a proposição atende à Constituição, que prescreve a entrada, permanência e saída livre de nacionais e estrangeiros no país, porém "nos termos da lei". Tuma avaliou ser legítima a proibição pautada em critério de segurança pública. "O justo desejo das autoridades de estimular o turismo, importante fonte de renda de diversas localidades nacionais, não pode se sobrepor à responsabilidade estatal de proteger a infância contra as mazelas físicas e psicológicas que lhe poderão comprometer a formação da personalidade e autoestima", observou Tuma no relatório.

CDH rejeita criação de banco genético para exames de DNA

Projeto que obriga hospitais a guardarem por cinco anos amostra de sangue de recém-nascidos, para possibilitar futura identificação ou confirmação da maternidade, foi rejeitado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O projeto ainda será examinado pelo Plenário do Senado.

O voto da senadora Angela Portela (PT-RR) reconheceu como "nobre" a intenção do PLC 77/07, mas considerou a medida inadequada para resolver o problema das trocas de bebês. Especialistas não recomendam que se recorra a material previamente armazenado para a realização de testes; o correto seria comparar amostra recente da criança com o DNA dos supostos pais.

Jorge Viana defende marido de ex-senadora Marina Silva

O senador Jorge Viana (PT-AC) defendeu ontem em Plenário o marido da ex-senadora e ex-ministra Marina Silva, Fábio Vaz de Lima, citado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP)



Jorge Viana

durante a discussão do projeto de reforma do Código Florestal na Câmara. Aldo disse que o marido da ex-ministra é "um contrabandista ligado ao desvio de madeira". Para Jorge Viana, Fábio é "uma pessoa correta" e "um profissional qualificado e honesto", que atualmente assessora o governador do Acre, Tião Viana, irmão de Jorge Viana.

João Pedro critica conduta americana na morte de Bin Laden

O senador João Pedro (PT-AM) defendeu ontem o respeito às regras internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e criticou o modo como os Estados Unidos mataram o terrorista Osama bin Laden.



João Pedro

Ele disse que aquele país deve endossar políticas internacionais que respeitem o ser humano. O senador acha que é preciso refletir sobre a conduta dos Estados Unidos e ponderou que é preciso usar procedimentos democráticos para combater males como o terrorismo.

Jayme Campos critica política fundiária do país e o Incra

A política fundiária e as "tradições cartoriais" do Brasil foram criticadas por Jayme Campos (DEM-MT).



Jayme Campos

O senador pediu a modernização do Incra e disse que a insegurança jurídica pesa sobre muitos produtores rurais. Ele afirmou que a Lei 11.952/09, que promoveu a titulação das ocupações de terras públicas da União na Amazônia Legal, tem dado resultados "absolutamente desprezíveis".

Randolfe Rodrigues quer mudança na federação brasileira

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu ontem um novo modelo de Federação. Ele fez referência à história do Amapá, que, ressaltou, hoje é parte do Brasil pelo empenho de seus moradores. Neste domingo, os amapaenses lembram a chacina feita por corsários franceses em 1895, na Vila do Espírito Santo – 38 brasileiros morreram defendendo território que se queria incorporar à Guiana Francesa. "Não é justo um modelo de pacto federativo em que o seu principal instrumento é o Fundo de Participação dos Estados [FPE] e esse fundo é desigual", afirmou.

Senadora Marinor Brito e deputado Jair Bolsonaro se desentendem e trocam acusações após reunião da Comissão de Direitos Humanos

Acusações e adiamento da votação do projeto que criminaliza a homofobia

UMA DISCUSSÃO ENTRE a senadora Marinor Brito (PSOL-PA) e o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) ganhou os corredores do Senado depois do adiamento da votação do projeto que pune a discriminação contra homossexuais. Os dois estão em lados opostos no debate da proposta (PLC 122/06), que constava ontem da pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Depois do adiamento da votação, Marinor e Bolsonaro acompanhavam uma entrevista da senadora Marta Suplicy (PT-SP), relatora da matéria. Marinor se indignou com a insistência de Bolsonaro, um dos mais ferrenhos críticos do projeto, em se posicionar no enquadramento das câmeras de televisão para dar visibilidade a um panfleto contrário à distribuição em escolas de uma cartilha que promove a tolerância aos homossexuais.

Num gesto brusco, Marinor tentou afastar o panfleto do foco e exigiu que o deputado se retirasse. Também classificou Bolsonaro de "homofóbico" e "assassino de homossexuais". O que se viu depois foi uma discussão acalorada, com o deputado se dizendo impedido de exercer sua liberdade de expressão e chamando a senadora de "heterofóbica". Por sua vez, Marinor questionou a origem do dinheiro para a impressão do panfleto, antecipando que denunciará o deputado pelo uso indevido de recursos públicos.

A cartilha está sendo distribuída pelo governo, como parte das ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e

Direitos Humanos de LGTB (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). No panfleto divulgado por Bolsonaro, dirigido aos "chefes de família", há um alerta de que esse plano quer transformar crianças "de 6 a 8 anos em homossexuais". O deputado explicou depois que ainda não pagou a impressão e que fez consulta à Câmara para saber se poderá usar a verba de gabinete para quitar a pendência.

De acordo com Marinor, os manifestantes contrários ao projeto se colocaram de forma desrespeitosa atrás da senadora Marta Suplicy no momento da entrevista. Integrantes de igrejas evangélicas já haviam marcado presença na reunião. Muitos usavam um adesivo na boca para divulgar a mensagem de que o projeto restringe a liberdade religiosa.

Para a senadora, os panfletos seriam uma prova de que há um "movimento homofóbico instalado no Congresso". Ela disse que também pedirá apuração sobre o conteúdo do material, sobretudo porque o texto compararia os homossexuais aos pedófilos.

De volta à CDH, Marta Suplicy condenou a comparação, segundo ela, "totalmente equivocada".

De acordo com Marta, fazer esse tipo de associação é um fato criminoso, pois "criminaliza pessoas que não são criminosas". Além disso, observou que a relação vai contra qualquer estudo de sexualidade, matéria à qual disse ter dedicado muitos anos de sua vida.

Sarney lamenta incidente e reitera oposição a preconceito

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a senadora Marinor Brito, que relatou o desentendimento com o deputado Jair Bolsonaro. Sarney disse que manifestou solidariedade à senadora e a orientou a encaminhar a reclamação à Procuradoria do Senado.

Em relação ao deputado Bolsonaro, Sarney preferiu não fazer julgamento, mas ressaltou que é contra esse tipo de desentendimento.

— É uma situação que não deveria ter ocorrido — lamentou.

Apesar de não conhecer a fundo o PLC 122/06, que estabelece penas para diversas situações consideradas discriminatórias contra homossexuais,

Sarney salientou ontem que é "contra qualquer tipo de discriminação".

— Não conheço o projeto, mas eu acho que cada um tem direito de ter sua opção sexual e também sou contra qualquer discriminação — assinalou o presidente do Senado.

Na opinião de Sarney, a decisão do STF que reconhece a união civil entre pessoas do mesmo sexo, precisa ser aplicada em todos os setores da sociedade.

— A partir dessa decisão do Supremo, eu acho que nós temos que aplicá-la, da maneira que ela foi tratada, em todas as áreas do Direto, não só no Direito Civil, mas também no Direito Administrativo — disse.



Panfletos levados por Bolsonaro (foto menor) provocaram a reação dos senadores. Paulo Paim ouviu argumento de Marta Suplicy (C) e adiou a votação



Para Lídice da Mata, Senado precisa manter tom de diálogo

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) manifestou solidariedade com as senadoras Marta Suplicy e Marinor Brito, em relação ao desentendimento com Jair Bolsonaro. Segundo Lídice, o Senado precisa manter o tom de diálogo indispen-



Lídice da Mata se solidarizou com as senadoras Marta e Marinor

sável para representar o povo e negociar seus interesses e não pode permitir o fim do ambiente de negociação e partir para agressão moral.

— O Parlamento é uma Casa de negociação dos interesses diversos da população. Os senadores precisam desempenhar o papel que o povo brasileiro espera deles — afirmou.

Lídice da Mata aproveitou o mesmo discurso para destacar o bicentenário da imprensa baiana, comemorado hoje.

A data marca o início da publicação do primeiro periódico não oficial do país, o jornal *Idade d'Ouro*, que circulou até o ano de 1823. De acordo com a parlamentar, a Universidade Federal da Bahia vai fazer uma publicação especial para lembrar a data.

Marta pede retirada de pauta e vai buscar acordo

A votação do projeto que criminaliza a homofobia sairá temporariamente da pauta da CDH, a pedido da própria relatora, Marta Suplicy (PT-SP). A ideia é ganhar tempo para um acordo com os que se opõem à proposta, especialmente igrejas evangélicas e seus representantes no Congresso.

Marta afirmou que, no começo, assustou-se com a rejeição por parte de igrejas cristãs com relação ao projeto, mas que, ao entender o temor de que o texto poderia restringir as liberdades de culto e de expressão, decidiu resguardá-las em seu substitutivo. Como ainda persistem resistências ao projeto, ela se disse disposta a ouvir e prosseguir o debate.

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ser preciso aprovar um projeto de consenso que estabeleça a punição para ações contra homossexuais, mas que garanta a liberdade de manifestação de pensamento fundada na liberdade de crença.

O senador Magno Malta (PR-ES) elogiou a decisão de adiar o debate e anunciou que vai propor a realização de audiências públicas para ouvir todos os segmentos da sociedade que querem se manifestar sobre o assunto, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os religiosos (católicos e evangélicos) e os homossexuais.

Para Crivella, proposta extrapola e cerceia direitos

O PLC 122/06 dividiu os senadores na reunião da CDH. A polêmica girou em torno do limite entre a punição de crimes resultantes de discriminação por orientação sexual e o direito à liberdade de expressão e à liberdade religiosa, assegurados pela Constituição.

Ao deixar a reunião, o senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou que a proposta extrapola os direitos à religião, garantidos pela Constituição, ao punir não apenas as ações, mas também as expressões de pensamento.

— Ninguém é a favor de que os homossexuais sofram agressões psicológicas ou físicas. Agora, a proposta extrapola pelo fato de não querer punir os fatos, mas punir as expressões do pensamento e as palavras — afirmou.

Para Crivella, a mudança proposta por Marta Suplicy restringe a liberdade de expressão aos recintos das igrejas e templos religiosos, o que classificou como "lei da mordaza".

— O Estado, que na Constituição não pode embaraçar o funcionamento dos templos religiosos, nem financiá-los e nem ter nenhum tipo de relação, uma vez que o Estado é laico, agora faz a "lei da mordaza" e faz com que os religiosos só possam se manifestar dentro das igrejas. Isso é um absurdo e inaceitável. São direitos consagrados pela Constituição — argumentou.

Nota explica critérios para transmissão de comissões pela TV Senado

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) divulgou ontem nota para explicar os critérios de transmissão ao vivo, pela TV Senado, das atividades das comissões permanentes do Senado Federal. De acordo com o texto, foi em obediência aos horários de funcionamento das comissões —

previstos no Regimento Interno — que a transmissão ao vivo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) foi interrompida ontem para veicular a reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE). Apesar da interrupção no canal principal, a TV Senado permaneceu

transmitindo a reunião da CDH pela internet para todo o país e para Brasília por meio do canal 51.2 do sinal digital. No texto, a Secs lembra que a multiprogramação por sinal digital permite transmitir simultaneamente até quatro reuniões de comissões ou subcomissões: o canal principal da

TV Senado (51.1) tem o mesmo sinal disponibilizado para todo o país. Já os canais 2, 3 e 4 exibem integralmente as reuniões das comissões ou subcomissões na ordem em que se iniciam. A íntegra da nota pode ser lida em <http://migre.me/4wGnj>.

CI cria grupo para discutir projetos da malha viária

A Comissão de Infraestrutura (CI) decidiu ontem criar um grupo de trabalho para, em 15 dias, discutir o encaminhamento dos mais de 40 projetos em tramitação alterando o Plano Nacional de Viação (PNV). Após a conclusão do trabalho, a comissão deverá convidar o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para uma exposição sobre o assunto.

Blairo Maggi (PR-MT), que presidia a reunião da CI, explicou que as dificuldades para votar matérias que incluam novas rodovias ou ferrovias na malha nacional vêm do ano passado, quando o governo federal vetou parte do PNV, "deixando várias matérias sobre o assunto num limbo".

Indicações para a ANP serão votadas dia 26

Dois indicados para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) devem ser sabatinados pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) em 26 de maio: o engenheiro químico Florival Rodrigues de Carvalho e o economista Helder Queiroz Pinto Junior.

Na reunião de ontem, Delcídio Amaral (PT-MS) leu o relatório da indicação de Florival Rodrigues e, na próxima quinta, Aloysio Nunes (PSDB-SP) lerá o relatório de indicação de Helder Queiroz. Após a leitura, é concedida vista coletiva da matéria, a fim de que os senadores se preparem para a sabatina dos indicados, antes da votação.

Pinheiro elogia ação contra alta de combustíveis

Walter Pinheiro (PT-BA) cumprimentou a BR Distribuidora pela "acertada decisão" de ajudar o governo no combate à inflação, reduzindo o preço dos combustíveis em 7 mil postos do país, que respondem por quase 40% do mercado nacional.

Pinheiro rebateu a avaliação de analistas de que, com a medida, o governo estaria praticando intervenção.

Acordo aprovado ontem na CRE, mediante projeto de decreto legislativo que vai ao Plenário, deve beneficiar milhares de jovens que têm seus diplomas contestados em países vizinhos

Reconhecimento de diploma no Mercosul ficará mais fácil

O RECONHECIMENTO DE diplomas de cursos de graduação entre os países do Mercosul deverá se tornar mais fácil. Esse é o objetivo de acordo firmado entre os quatro países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e dois outros países sul-americanos, Bolívia e Chile. O texto recebeu ontem a aprovação da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

A assinatura do acordo ocorreu durante a reunião de cúpula do bloco realizada em junho de 2008, na cidade argentina de Tucumán. O texto representa a base jurídica para a atuação articulada das autoridades educacionais.

O acordo – que consta do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 636/10 – estabelece mecanismo de credenciamento definitivo de cursos de graduação nos países do Mercosul, com base na experiência do Mecanismo Experimental de Credenciamento, já



Cristovam, ao lado de Ana Amélia: voto favorável a projeto que ratifica acordo

aplicado a cursos de agronomia, engenharias e medicina.

Para o relator, Cristovam Buarque (PDT-DF), o acordo ajudará a resolver problemas de milhares de jovens cujos diplomas são contestados nos países vizinhos.

A comissão aprovou três outros projetos de decreto legislativo. O PDS 641/10 trata do acordo entre os países do Mercosul sobre tráfico ilícito de migrantes. O

PDS 640/10 aprova o acordo de assistência jurídica mútua em assuntos penais firmado pelos países do Mercosul, além de Bolívia e Chile. Ambos tiveram como relator Luiz Henrique (PMDB-SC). Já o PDS 73/11, que teve como relator Eduardo Suplicy (PT-SP), aprova acordo firmado com o México sobre autorização de trabalho a dependentes de agentes diplomáticos.

CRE pode apressar exame de acordos comerciais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vai realizar audiência pública sobre um anteprojeto de emenda à Constituição apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) para estabelecer maior participação do Poder Legislativo e tramitação mais rápida – chamada de *fast track* – em todos os casos de acordos comerciais a serem celebrados pelo país.

Deverão ser chamados para a

audiência o ministro de Relações Exteriores, Antonio Patriota, e o alto representante do Mercosul, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, que colaborou com Requião na elaboração da proposta. Também serão ouvidos representantes do Ministério do Desenvolvimento e de empresários do setor exportador, além de um acadêmico a ser indicado pela presidência da comissão. Após a audiência, a anteproposta poderá passar a tramitar como

sendo de autoria da CRE.

Requião disse que se inspirou no exemplo dos Estados Unidos, onde a não observância pelo Poder Executivo dos procedimentos para negociações comerciais internacionais estabelecidas pelo Legislativo "pode levar a resoluções parlamentares de desaprovção de acordos comerciais". O senador disse ser necessário fortalecer o Legislativo brasileiro em matéria de comércio internacional.

Brasil pretende ampliar negócios com Cazaquistão

O Brasil pretende conquistar maior espaço na pauta comercial do Cazaquistão, com a venda de aviões e produtos agrícolas. A intenção foi anunciada pelo embaixador Oswaldo Biato Júnior, que teve a indicação para embaixador no país asiático aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE). A mensagem segue para o Plenário.

– Somos um país que apenas agora começa a ser presente na região. Não é um mercado fácil para nós. Mas existe ali um grande potencial a ser explorado – afirmou.

Biato citou entre as possibilidades de ampliação de negócios a venda de carnes, a participação de empresas brasileiras em obras daquele país e a venda de aviões da Embraer à empresa Air Astana.

Relator da mensagem com a indicação de Biato, Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou a importância da abertura, em 2006, de embaixada no Cazaquistão. Biato também representará o Brasil na República Quirguiz e no Turcomenistão.

Proximidade



Pinheiro: defesa da economia popular

– Quando o governo intervier para defesa da economia popular, não faz nada mais que a sua obrigação. Ao permitir o funcionamento livre dos cartões, aí sim estaria corroborando com a prática nociva à sociedade.

Requião diz que não se intimida com pedidos de indenização

Roberto Requião (PMDB-PR) relatou em Plenário casos em que teve de pagar indenizações a pessoas que acusou de cometerem irregularidades ou crimes.

O senador lembrou que, em março de 2003, o programa *Fantástico*, da TV Globo, mostrou imagens gravadas meses antes em que apareciam o doleiro e lavador de dinheiro sujo Beto Youssef, um funcionário da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e um

procurador da empresa Olvepar. No vídeo, contou o senador, os três aparecem sacando R\$ 40 milhões da conta da Copel em uma agência do Banco do Brasil em Curitiba.

De acordo com Requião, o valor era apenas parte de um golpe que envolveu o então Secretário de Fazenda do Paraná e presidente da Copel, Ingo Hubert. Disse que o Ministério Público desvendou a fraude e abriu processo contra os envolvidos.



Oswaldo Biato Júnior: mais espaço para aviões e produtos agrícolas

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Wilson Santiago
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Mozarildo Cavalcanti • Vanessa Grazziotin • Casildo Maldaner • Ana Amélia • Pedro Simon • Paulo Paim • Wilson Santiago • Rodrigo Rollemberg

* Licenciado por 121 dias, a partir de 29 de março de 2011.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
 Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Reportagem: Cíntia Sasse
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 CEP: 70.165-920



Fotos de J. Freitas/Senado Federal

Ministra Ideli Salvatti, ao lado dos senadores Waldemir Moka e Acir Gurgacz (D)

Ideli quer maior participação do pescado nas exportações

O aumento da produção de pescado de forma sustentável e o estímulo ao consumo interno do produto estão entre os objetivos do Ministério da Pesca e Aquicultura, que espera impulsionar os empregos e a renda no setor, bem como garantir maior participação do pescado nas exportações brasileiras. A afirmação foi feita pela ministra Ideli Salvatti, que participou ontem de audiência pública na CRA.

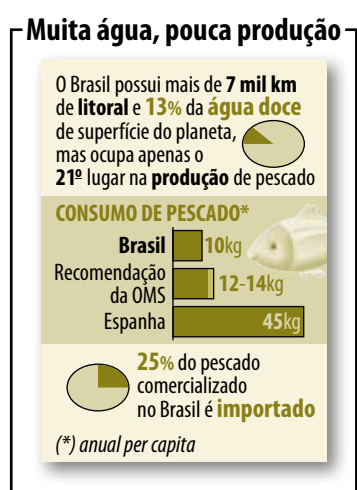
Apesar de seu extenso litoral e de possuir 13% da água doce de superfície do planeta, o Brasil ocupa apenas o 21º lugar na produção mundial de pescado, segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), mencionados pela ministra.

Cada brasileiro consome em média cerca de 10 quilos de pescado por ano, enquanto a Organização Mundial de Saúde recomenda de 12 a 14 quilos, ressaltou Ideli. Em países como a Espanha, exemplificou, o consumo chega a 45 quilos. Mesmo com o baixo consumo e com grande potencial para a atividade pesqueira, observou a ministra, aproximadamente 25% do pescado comercializado

no país é importado.

Na avaliação do presidente da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), o país precisa explorar o potencial da Amazônia. Ele ressaltou, no entanto, que o desenvolvimento da atividade deve ser feito com a preservação do meio ambiente.

A construção de uma política de piscicultura no país é uma tarefa difícil, argumentou o senador João Pedro (PT-AM), uma vez que envolve questões internacionais, ambientais e econômicas. Porém, para ele, é preciso que o país discuta o assunto e estabeleça uma política de Estado para o setor.



Ministra pedirá flexibilização nas licenças estaduais para pesca

A ministra Ideli Salvatti tinha um orçamento inicial de R\$ 500 milhões para este ano, mas, com os cortes orçamentários de março passado, disporá de R\$ 414 milhões. Para conseguir cumprir as metas, disse a ex-senadora, serão feitas parcerias, especialmente com governos estaduais. Ela explicou que o licenciamento ambiental para projetos de aquicultura é atribuição dos estados e que, por isso, vai visitar os governadores para pedir uma flexibilização na liberação das licenças.

O senador Ivo Cassol (PP-RO) defendeu a autonomia dos estados para legislar sobre práticas de pesca. Ele disse que cada unidade da federação conhece sua realidade e pode impedir práticas danosas ao meio ambiente, como a pesca predatória.

A ministra prevê ainda parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com outros países, como a Noruega, grande produtora de pescado.

Medida foi muito elogiada pelos senadores porque poderá reduzir os custos da produção e assim fortalecer a competitividade da agricultura nacional

CRA aprova a produção de agrotóxicos genéricos

PROPOSTA QUE REGULAMEN- TA a produção de agrotóxicos genéricos foi aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e segue para a Câmara caso não haja recurso para votação em Plenário. Para o relator, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), a oferta desses produtos reduzirá os custos de produção e fortalecerá a competitividade da agricultura brasileira.

O projeto (PLS 190/10), do ex-senador Heráclito Fortes, inclui na Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/89) o conceito de agrotóxico genérico e estabelece regras para o registro dos produtos. O texto original denominava tais produtos como "defensivos agrícolas", sendo agora tratados como "agrotóxicos", conforme emenda do relator aprovada na CRA.

Um genérico utiliza a fórmula de outro produto já existente e registrado, sendo este o produto de referência para o primeiro. O texto determina ainda que a equivalência entre produtos será feita com base em critérios a serem definidos em regulamento específico. Também serão estabelecidas regras específicas para receituário agrônomo.

Vantagens

Casildo Maldaner (PMDB-SC) observou que produtos genéricos para agricultura já são usados em diversos países. O senador Ivo Cassol (PP-RO) frisou que a ampliação de oferta de insumos agrícolas combate a formação de cartéis, prática que penaliza o agronegócio brasileiro.

Favorável ao projeto, o sena-

dor Jayme Campos (DEM-MT) argumentou que a adoção de medicamentos genéricos de uso humano reduziu o preço dos remédios, prevendo resultado semelhante com a regulamentação de agrotóxicos genéricos. Os impactos positivos da medida também foram ressaltados pelo presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO).

Ao discutir o projeto, a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) destacou as vantagens da regulamentação de genéricos para agricultura brasileira.

– Não é justo deixar nosso agricultor pagar o que ele está pagando hoje com a importação dos produtos – afirmou. A parlamentar observou que melhor seria se o país já contasse com uma agricultura orgânica de escala e não necessitasse usar agrotóxicos.



Jayme Campos (E) e Gleisi Hoffmann (na foto, com Cyro Miranda) destacaram vantagens dos agrotóxicos genéricos

Quarto de empregado pode ter área mínima

O tamanho mínimo para o quarto de empregado doméstico na residência do empregador poderá ser de 12 metros quadrados, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O texto, que também fixa em 60 m² a moradia de empregados de condomínios, segue para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

De acordo com o projeto (PLS 47/10), a dependência de empregado doméstico que pernoite na casa do empregador deve ser exclusivamente para repouso do trabalhador,

com quarto de, no mínimo, 8 m² e banheiro com, pelo menos, 4 m².

Já a moradia de empregado de condomínio residencial e comercial deve ter sala com área mínima de 20 m²; dois quartos com área mínima de 15 m² cada um; banheiro com área de 4 m² quadrados; e cozinha e área de serviço com metragem mínima de 6 m² quadrados.

O autor, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), também propõe que quartos e salas tenham iluminação e ventilação naturais. Ele argumenta que, frequentemente, construtores destinam a domésticos e

funcionários de condomínios acomodações com área exígua e sem as condições mínimas.

Em seu voto favorável, o relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), observa que "a habitação desses trabalhadores em seus locais de trabalho, muitas vezes, não passa de cubículos que, infelizmente, não se coadunam com a dignidade do ser humano".

Ele apresentou quatro emendas à proposta. Uma das emendas esclarece que o disposto na lei que resultar desse projeto aplica-se somente às obras cujas plantas arquitetônicas venham a ser aprovadas pelas autoridades competentes após a publicação da lei.

CDH aprova isenção para doações ao exterior

Também foi aprovada ontem na CDH proposta que isenta de impostos as doações feitas por instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, para ações humanitárias no exterior. A matéria segue para análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A Constituição dá isenção tributária sobre o patrimônio, a renda e os serviços das entidades educacionais e de assistência social, sem fins lucra-

tivos, mas o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66), como observa o autor do PLS 107/10, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), restringe a isenção à aplicação dos recursos dessas entidades em território nacional. Para Demóstenes, esse limitação é incompatível com a necessidade de ajuda humanitária no exterior (nos casos de catástrofes, por exemplo).

O texto limita as doações para projetos e atividades de

ajuda humanitária no exterior a 5% das receitas anuais das entidades, mediante doações em espécie. Para o caso de ajuda em produtos, o parlamentar propõe que a imunidade tributária fique limitada ao montante da doação.

O senador argumenta que a medida proposta não causará descapitalização das entidades, uma vez que as doações se limitam "à fração mínima de seus fluxos anuais de renda".

Itamar protesta contra críticas de jornal paraguaio

O senador Itamar Franco (PPS-MG) pediu que o Senado responda às críticas publicadas pelo jornal paraguaio *ABC Color*, que na edição de ontem publicou artigo acusando-o de usar argumentos "com que os nostálgicos do Império brasileiro, porta-vozes da ditadura", humilharam o povo paraguaio. O artigo falava sobre a posição contrária do senador ao reajuste do valor pago ao Paraguai pela energia de Itaipu.

Itamar Franco afirmou que o artigo representa uma ofensa ao Senado e ao Congresso Nacional. Ele recebeu o apoio de vários senadores em Plenário, que o descreveram como um representante do combate à ditadura e destacaram sua posição de manter acordo feito sobre o projeto e não tentar impedir a votação, apesar de ser contra o reajuste do valor pago ao Paraguai.

Demóstenes Torres (DEM-GO) desqualificou o *ABC Color* e pediu respeito a Itamar.

– Esse jornalco de quinta categoria mente à sociedade paraguaia dizendo que os contrários ao reajuste foram contrários ao povo do Paraguai. Não é verdade – afirmou o senador, argumentando que aqueles que eram contrários à aprovação tinham argumentos sólidos.



Itamar se disse ofendido com artigo de jornal e pediu reação do Senado

Sarney elogia revisão de tarifa de Itaipu

Durante breve entrevista ontem, o presidente do Senado, José Sarney, elogiou a aprovação do projeto de decreto legislativo (PDS 115/11) que reajusta o valor pago pelo Brasil pelo excedente de energia de Itaipu.

– Acho que foi um grande momento do Senado a aprovação desse tratado, porque ele mostra a forma como nós assumimos a liderança do continente sem querermos ser hegemônicos – afirmou.

Para Sarney, a revisão das tarifas não vai prejudicar o Brasil e ainda vai fortalecer as relações com o Paraguai.

– É um dever do Brasil, em relação ao Paraguai, uma vez que nós compartilhamos a usina de Itaipu e os preços que realmente nós estávamos pagando eram defasados. Não é algo significativo de modo a prejudicar o Brasil, mas ao mesmo tempo é um gesto de justiça que o Brasil faz com os seus vizinhos – argumentou.

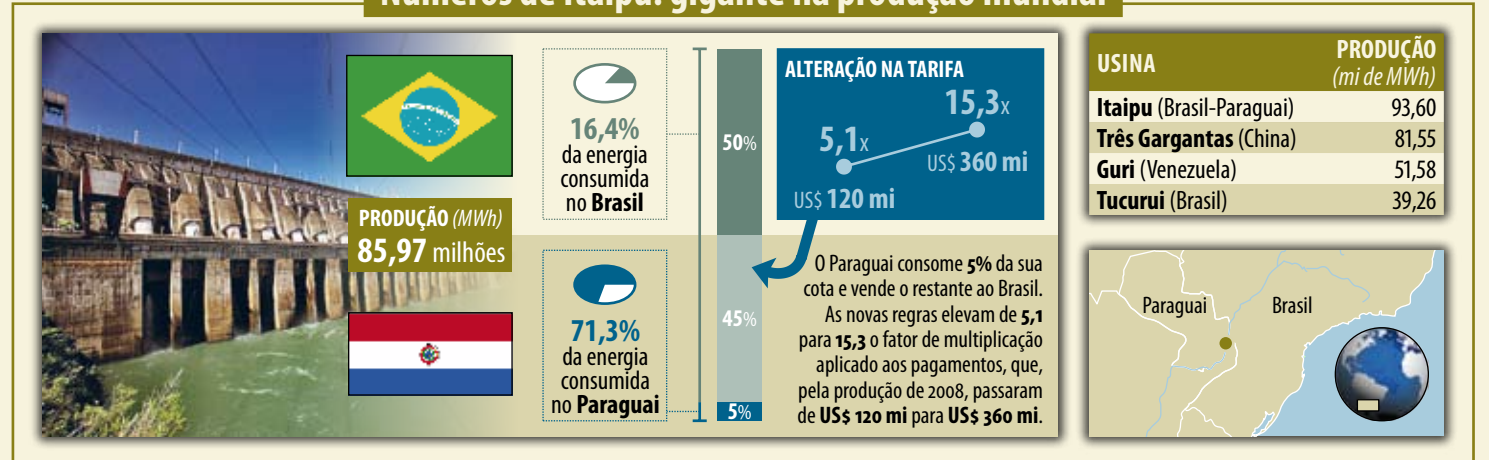
Reajuste do valor da energia cedida pelo Paraguai divide senadores

Mais de 20 senadores falaram durante a discussão da proposta que ratificou o acordo que triplica o valor pago ao Paraguai pela energia de Itaipu cedida ao Bra-

sil. Governistas argumentaram que o Brasil precisa da energia excedente da hidrelétrica e que a população não sofrerá com o reajuste, pois o custo adicional será coberto pelo Tesouro Na-

cional. Por sua vez, a oposição argumentou que o aumento – um total de US\$ 6 bilhões – é desnecessário e representará um ato de generosidade do Brasil para com o Paraguai.

Números de Itaipu: gigante na produção mundial



Gleisi: "Não se trata de caridade com o país vizinho"

A relatora da proposta, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), sustentou que o aumento da tarifa não se tratava de "caridade" com o país vizinho, mas de uma situação em que tanto o Brasil quanto o Paraguai saíam beneficiados. Ela afirmou que Itaipu é autossustentável e "se paga" com a geração de energia.

– É a geração de energia da usina que paga o seu custo, portanto ela não é paga pelo Brasil, ela não é paga pelo Paraguai. Ela é paga com a geração da sua energia, comprada pelo Brasil e pelo Paraguai. Ela é paga pelas 20 turbinas que estão em operação – disse a senadora.

Gleisi classificou como preconceituoso o argumento de que o país vizinho não contribuiu em nada com a construção da usina.

– O argumento de que o Paraguai não entrou com nada, entrou apenas com a água, é um argumento preconceituoso, simplista e desinformado, até porque água é recurso estratégico – argumentou.

Gleisi Hoffmann considerou a correção nos valores justa, especialmente porque, pelo tratado, o Paraguai é obrigado a vender o excedente ao Brasil. O último reajuste, segundo a senadora, foi realizado em 2005.

Requião alerta para "tentativas imperialistas"

João Pedro (PT-AM) elogiou o parecer de Gleisi Hoffmann (PT-PR) e declarou-se favorável à aprovação do reajuste. Inácio Arruda (PCdoB-CE) lembrou que o Brasil é o maior interessado na unidade com o Paraguai em torno da hidrelétrica.

Humberto Costa (PT-PE) ressaltou que 90% da energia produzida por Itaipu é consumida pelo Brasil, enquanto Roberto Requião (PMDB-PR) declarou que o país deve ficar atento às "tentativas imperialistas" na relação com as nações vizinhas. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o benefício ao Paraguai é condizente com a posição de liderança do Brasil na América do Sul e contribuirá para ajudar o país vizinho a resgatar parcelas de sua população da condição de miséria.

Randolfe: protagonismo do Brasil na América do Sul

Ao defender a concessão do benefício, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) mencionou a Guerra do Paraguai, "quando o Brasil matou 96,56% da população masculina daquele país". Ele lembrou que o Brasil é uma das dez maiores economias do mundo e tem uma posição de protagonismo na América Latina.

Delcídio Amaral (PT-MS) disse que a tarifa paga pelo Brasil ao Paraguai é "extremamente competitiva". Ele afirmou que o preço médio do megawatt/hora de Itaipu é de R\$ 64.

Francisco Dornelles (PP-RJ) avaliou que o Mercosul deve ser prioridade para o Brasil. Segundo ele, são os países do bloco que absorvem praticamente toda a exportação brasileira de produtos industrializados.

Superávit comercial com Paraguai compensa aumento

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o Brasil acumulou um superávit na balança comercial com o Paraguai de US\$ 8,4 bilhões entre 2003 e 2010. Apenas no último ano, este superávit foi de US\$ 1,9 bilhão, ou oito vezes os US\$ 240 milhões que o Brasil pagará a mais pela energia de Itaipu.

Vanessa Graziottin (PCdoB-AM) destacou que aprovação do reajuste ajuda a construir um bloco econômico "sólido e solidário". Para Walter Pinheiro (PT-BA), o centro do debate deve ser o que a energia de Itaipu repre-

senta para o Brasil. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) ponderou que o valor que o Brasil vai pagar a mais pela energia fornecida não vale a antipatia que a recusa iria gerar nos jovens paraguaios, que verão o Brasil como "uma nação imperialista".

Marcelo Crivella (PRB-RJ) salientou que "acima de transações comerciais há o interesse de formarmos uma comunidade latino-americana de nações". Marinor Brito (PSOL-PA) defendeu a revisão do acordo, mas frisou que o pagamento não cobre as "dívidas sociais" do Paraguai.

Consumidor vai ser afetado, sustenta Itamar Franco

Depois de destacar o valor estratégico da Itaipu para o Brasil, Itamar Franco (PPS-MG) disse que, ao contrário do que afirmou a relatora, os consumidores e contribuintes brasileiros vão ser afetados pelo aumento da tarifa. Segundo o senador, o reajuste foi definido "por fatores subjetivos e políticos".

Por sua vez, Demóstenes Torres (DEM-GO) afirmou que o reajuste é fruto de "um acordo de companheiros" firmado entre o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o mandatário paraguaio, Fernando Lugo.

– Vamos referendar o que o Executivo já decidiu. O Legislativo, mais uma vez, só vai dizer amém – declarou Demóstenes.

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse que a revisão tarifária é mais uma medida discutida a "toque de caixa", cuja conta será paga

pela sociedade brasileira. Para o parlamentar, a revisão só vai beneficiar o Paraguai e agradar ao presidente Fernando Lugo, que "tinha essa bandeira na campanha eleitoral".

– O governo não tem o direito de fazer cortesia com o dinheiro do povo brasileiro – opinou Cyro Miranda.

O líder do DEM, José Agripino (RN), explicou que seu voto contra a medida não foi contra o povo paraguaio, mas a favor do povo brasileiro. O senador comparou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Paraguai com o de estados do Brasil.

– O IDH do Paraguai é superior ao IDH de Roraima, do Acre, da Bahia, de Sergipe, do meu Rio Grande do Norte, do Ceará, da Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Maranhão e de Alagoas – exemplificou Agripino.

Oposição alerta para impacto sobre tarifas

O senador Aloisio Nunes (PSDB-SP) alertou que os eleitores não aceitariam aumento de energia para pagamento adicional ao Paraguai e que a revisão das tarifas poderia ter sido vinculada a contrapartidas do Paraguai no combate ao crime. A revisão do acordo confere "estatuto supranacional ao governo", segundo o senador, que pediu uma política externa sem "companheirismo".

Para Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), a postura das autoridades paraguaias na negociação foi marcada por arrogância, prepotência e autoritarismo. O senador lembrou que o valor pago ao Paraguai vai triplicar e que os contribuintes brasileiros vão sofrer o impacto.

– A revisão não deve onerar o contribuinte e deveria permitir alguma contrapartida para o país – afirmou Jarbas.

Mário Couto (PSDB-PA) disse que nenhum senador tem condições de justificar ao brasileiro que paga pesados impostos a razão de "dar esse dinheiro" ao Paraguai. Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou para o aumento da energia elétrica e enfatizou que o Brasil não deve nada ao Paraguai, onde 15% da receita total vem de Itaipu, sem nenhum risco financeiro.

Brasil se curvou novamente, diz Bauer

Para o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), a aprovação da matéria é baseada em ideologia política, uma postura diplomática do Brasil de sempre se curvar, como ocorreu com a Bolívia, que se apossou de uma refinaria da Petrobras, ou com a Venezuela, que até agora não investiu nem um centavo na construção da Refinaria Abreu e Lima (PE), apesar das promessas.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), avaliou que o acordo para a construção de Itaipu foi excepcional para o Paraguai, já que os recursos e garantias foram assegurados pelo Brasil e, mesmo assim, ao final o país adquiriu um patrimônio de US\$ 30 bilhões, metade de seu Produto Interno Bruto (PIB), sem investir ou correr riscos.

– Se o Brasil não tivesse problemas de infraestrutura, enfrentasse um caos na saúde, e não tivesse demandas sociais, se tivéssemos com cofres públicos abarrotados, poderíamos fazer essa generosidade – disse Alvaro Dias, ao lembrar que o Paraguai cresceu 14% no ano passado.

Já para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o Brasil não deveria conceder nenhum reajuste, mas seguir os termos do tratado de 1973. Para ele, o fato de o Brasil ter arcado sozinho com os custos e riscos da construção é condição suficiente para a não revisão do tratado.